

EDITÓRIAL DO DOSSIÊ

De acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, os evangélicos representavam 26,9% da população brasileira.¹ É possível que, devido ao crescimento expressivo dessa religião nas últimas décadas, o Brasil venha a ter, dentro de alguns anos, a maioria de seus habitantes professando a fé evangélica. Embora seja difícil prever o impacto futuro desse predomínio diante de esferas diversas da vida pública, é visível que, pelo menos no campo da política, a presença da religião já cause reflexões e reconfigurações.

Apesar de alguns autores se recusarem a admitir a existência de um ascetismo evangélico no Brasil ao longo do século XX (Almeida, 2016), é notório que grupos evangélicos eram diminutos na política brasileira, gerando ideias como a de que a política era maligna (Rocha, 2024). Na Assembleia Constituinte de 1987, contudo, em razão principalmente de um suposto temor de que a Igreja Católica se tornasse religião oficial do Estado (Pierucci, 1996), deputados evangélicos passaram a se reunir para atuar conjuntamente. Desde então, acompanhando o crescimento vertiginoso dos fiéis em todo o país, os evangélicos têm sido onipresentes na política partidária.

Muitos autores têm discutido o que representa para a vida democrática brasileira tal ascensão. Seria um perigo à secularização (Berger, 1985) ou esse conceito já não faz sentido (Hervieu-Léger, 2008)? A Teologia do Domínio (Pereira, 2023) é a chave necessária para compreender a presença evangélica na política? Qual o papel do pentecostalismo e do neopentecostalismo (Mariano, 1999) diante dessas mudanças? Afinal, os políticos evangélicos representam os fiéis que professam essa crença (Spyer, 2020)?

A partir dessas perguntas, cujas respostas ainda estão em construção, buscamos reunir pesquisas inovadoras das mais diferentes áreas temáticas e regiões do Brasil. Nesse sentido, a Revista NUMEN apresenta o dossiê *Evangélicos e Política no Brasil: relações de poder e cruzadas morais*, cujo objetivo principal é compreender os reflexos do protagonismo evangélico na cena política brasileira ao longo do tempo e como esse fenômeno resvala em diversas esferas da sociedade. Buscamos autores de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, na tentativa de compor um quadro o mais amplo possível acerca do tema.

O número começa com um bloco temático envolvendo duas questões: racismo e infância. No primeiro artigo, **Racismo e plataformização entre os evangélicos no Brasil**, Luana Aparecida Alves da Silva agrega uma dimensão política ao tema, quando discute silenciamentos e mobilizações em torno de dois casos ocorridos dentro de igrejas evangélicas que a autora analisa em profundidade. Já no segundo, **Religião, Política e Crianças: o discurso moral da Igreja Universal do Reino de Deus em diferentes contextos**, Fabrício Roberto Costa Oliveira, Allan Fagundes Pereira e Laura Neves da Silva revelam como essa importante instituição neopentecostal acionou diferentes retóricas sobre o tema da infância conforme interesses políticos de ocasião.

Em seguida, a união entre evangélicos e católicos é analisada por Humberto Ramos de Oliveira Júnior em **Ecumenismo de guerra: a aliança tática entre católicos e evangélicos conservadores na Política Brasileira**. Trata-se de um texto que explicita as

¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais> (acesso: 11 de junho de 2026).

estratégias conservadoras dos dois principais grupos religiosos do Brasil, não obstante suas diferenças teológicas.

A partir desse momento, inicia-se um bloco envolvendo a discussão sobre a presença evangélica na política partidária brasileira. Assim, a formação da bancada evangélica, no final dos anos 1980, e sua mobilização em torno de pautas que poderiam entrar na Constituição de 1988 são analisadas por Rafael da Gama em **Sob a proteção de Deus: imaginário político-religioso e a formação da bancada evangélica na Constituinte de 1987-1988**. Também resgatando esse período, mas chegando aos dias atuais, Bezaliel Alves Oliveira Junior discute a crescente presença e influência pentecostal na vida partidária dentro do artigo **Crente não se mete em política? notas sobre a atuação política dos Pentecostais no Brasil**.

A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional é objeto de análise dos artigos seguintes. **Conservadorismo, política e religião: negociações de sentido no interior da frente parlamentar evangélica do congresso nacional entre os anos de 2023 e 2025**, de Fernando Seffner e Kelvi Da Silva Oliveira, investiga posicionamentos recentes de integrantes da FPE para pensar categorias como “tradição” e “moral”. Já **A articulação histórico-discursiva entre neoliberalismo e Frente Parlamentar Evangélica no Brasil**, de Danilo Mendes, relaciona economia e política ao esmiuçar a retórica de membros da FPE na sua adesão a princípios neoliberais.

Reforçando a necessidade de não homogeneizar os evangélicos, Gustavo Alencar explicita a resistência de fiéis ao crescente conservadorismo das igrejas em **Formação de sujeitos evangélicos engajados: pedagogias, práticas e trajetórias na Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito**. A partir de noções como “contra hegemonia”, o estudo focaliza os principais argumentos mobilizados por evangélicos progressistas em tempos recentes.

Passando para um eixo mais regional, o dossiê apresenta três artigos que investigam as dinâmicas da interseção entre política e religião evangélica em determinadas localidades brasileiras. São Paulo aparece no trabalho de Álex Kalil com base na dimensão conservadora presente em propostas de alguns de seus deputados estaduais no texto **A fabricação legislativa do antigênero: gramáticas de proteção na ALESP**. O Amazonas é focalizado por Fatima Medianeira Flores de Vargas, José Fábio Bentes Valente e Franci Flores de Vargas a partir das estratégias políticas desenhadas pela Assembleia de Deus, como se vê em **Capilaridade Religiosa e Representatividade Feminina: A Atuação da IEADAM na Reconfiguração da Política Municipal Amazonense (2024)**. Por fim, Pernambuco entra em cena para servir ao debate acerca dos limites entre educação, política e religião, o que é feito por Edemir Antunes Filho no artigo **Arena pública, tensões e visões pluralistas de públicos emergentes: o caso dos intervalos bíblicos em escolas estaduais de Pernambuco**.

Os dois últimos artigos são reflexões teológicas para pensar a ameaça à laicidade do Estado por parte de certas lideranças evangélicas. Em **Dilemas entre evangélicos, extrema direita e os direitos humanos**, o pastor luterano Evaldo Luis Pauly traz à luz diversas provocações a respeito do crescente reacionarismo evangélico na política e o seu perigo para a democracia. Já em **Missão e poder: discernimento teológico sobre a presença cristã na política contemporânea**, Rafael Henrique da Costa articula a proposta de “Reino de Deus” atribuída a Jesus Cristo no Novo Testamento para tensionar a intervenção evangélica atual na política.

Este número finaliza com uma entrevista de um dos maiores pensadores da relação entre evangélicos e política na atualidade: Dr. Ricardo Mariano, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP). Na entrevista conduzida por Rodolfo Capler, Mariano comenta sobre suas pesquisas em torno da questão, discutindo também algumas das principais teses acadêmicas acerca do tema.

Diante de um cenário cada vez mais desafiador para os analistas, não se pode ignorar os vínculos que entrelaçam as esferas da religião e da política no país. Da mesma forma, faz-se urgente discutir os elementos que têm caracterizado a força do conservadorismo no Brasil, capaz de unir, cada vez mais, parlamentares religiosos e não religiosos em uma atuação conjunta. Esperamos que este dossiê contribua para trazer novas reflexões acerca desse tema, inspirando também futuros pesquisadores.

Referências

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. **Pelo Senhor Marchamos**: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1999

PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 76, p. 147-173, 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representação de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte”. In: PIERUCCI, Antônio Flávio. PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 136-191.

ROCHA, André Ítalo. **A bancada da bíblia**: uma história de conversões políticas. São Paulo: Todavia, 2024.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: Quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

Guilherme Leite Ribeiro
PUC-Rio

Michelli de Souza Possmozer
UENF